

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 166 – 28/09 à 02/10/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Novo Caged: Brasil tem segundo mês positivo consecutivo na geração de empregos](#)

Ministério da Economia - 30/09/2020

Dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados nesta quarta-feira (30) mostram saldo positivo na geração de empregos com carteira assinada no Brasil pelo segundo mês consecutivo (+249.388). O resultado de agosto foi puxado pelo aumento das contratações que seguem em tendência de crescimento desde maio. A Construção registrou saldo de +50.489; Comércio, +49.408; Serviços, +45.412; e Agropecuária teve +11.213 novos postos.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[CNT questiona decisões judiciais sobre adicional de periculosidade a motoristas de caminhão](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/09/2020

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) ajuizou a Ação Declaratória de Constitucionalidade [\(ADC\) 73](#), em que pede que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare a constitucionalidade do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e afaste decisões da Justiça do Trabalho que reconheceram o direito ao adicional de periculosidade a motoristas de caminhão que conduzem veículo com tanque de combustível adicional com capacidade superior a 200 litros, utilizado para abastecimento próprio. A ação foi distribuída ao ministro Alexandre de Moraes.

[Luiz Fux anuncia nova plataforma do Poder Judiciário durante reunião virtual com presidentes de tribunais](#)

Supremo Tribunal Federal - 29/09/2020

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luiz Fux, participou nesta terça-feira (29) de reunião, via webconferência, com os presidentes dos Tribunais de Justiça dos estados, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais do Trabalho. No evento, disponibilizado no YouTube da TV Justiça, anunciou o desenvolvimento de uma nova plataforma para a gestão da jurisdição digital, o Projeto Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ).

[Teletrabalho é o tema do mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/10/2020

O Tema do Mês de outubro da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é "Teletrabalho". A Biblioteca oferece mensalmente informação atualizada sobre temas de destaque no debate jurídico contemporâneo. Trata-se de uma pequena bibliografia

selecionada a partir de assunto previamente escolhido pela Comissão de Documentação do TST. O contexto da pandemia e da crise econômica e sanitária reforça ainda mais a importância do assunto. Os interessados podem [acessar os documentos e selecionar os que deseja receber](#) por e-mail.

[Ação sobre enquadramento sindical deve incluir sindicato que recebeu contribuição](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/10/2020

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu pedido da filial da Elevadores Atlas Schindler S.A. no Ceará para que o sindicato que recebeu contribuições sindicais dos seus empregados seja incluído na reclamação em que outro sindicato questiona o enquadramento sindical. Segundo a Turma, a medida é admissível para resguardar o ente sindical do prejuízo decorrente do alegado recolhimento da contribuição a outro sindicato.

[Justiça do Trabalho estuda a adoção de sistema único de videoconferência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/09/2020

A Justiça do Trabalho avalia utilizar sistema único de videoconferência em todos os graus de jurisdição. A medida vai ao encontro da proposta do Conselho Nacional de Justiça, apresentada na sessão ordinária de 22/9, para que todos os tribunais definam e regulamentem um sistema de videoconferências para a realização de audiências e atos oficiais.

[Uso de moto da residência para o trabalho não dá direito a adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/09/2020

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um montador de móveis da Via Varejo S.A. em Campo Grande (MS), que pretendia receber o adicional de periculosidade por usar motocicleta no deslocamento de sua residência para o trabalho. Foi mantida, assim, a conclusão de que o caso dele não se enquadra entre as atividades perigosas exercidas em motocicletas, como as de mototransporte, motoboy e mototaxista.

[TST registra aumento no número de julgamentos entre janeiro e agosto de 2020](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/09/2020

Dados do último [Relatório de Movimentação Processual](#) mostram que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou 214.033 processos entre janeiro e agosto de 2020. O número é 7,5% superior ao registrado no mesmo período de 2019, que teve 199.060 julgamentos, e representa 78,4% dos processos recebidos. As informações foram divulgadas pela Seção de Acompanhamento Estatístico do Tribunal e demonstram que o órgão vem conse-

guindo aumentar a produtividade, mesmo com a suspensão das atividades presenciais e a adoção do teletrabalho temporário.

[Supervisor de serviços receberá horas de sobreaviso por ser acionado fora do expediente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/09/2020

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da JSL S.A. contra a condenação ao pagamento de horas de sobreaviso a um supervisor de serviços de Governador Valadares (MG) que ficava à disposição da empresa fora do horário de trabalho, por meio do celular ou de forma direta. Segundo ficou demonstrado, ele era acionado à noite, em fins de semana e feriados para dar manutenção a viaturas.

[Ajuizamento de ação após estabilidade não justifica pagamento de indenização pela metade a gestante](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/09/2020

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Solução Equipamentos Ltda., de Serra (ES), a pagar de forma integral a indenização referente ao período de estabilidade da gestante a uma auxiliar administrativa. A empresa havia obtido o direito de pagar apenas a metade do valor, porque a ação fora ajuizada após o período de estabilidade. No entanto, de acordo com a jurisprudência do TST, o ajuizamento da ação após o término da garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação.

[Justiça do Trabalho promoverá Mês Nacional da Conciliação em novembro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/09/2020

A Justiça do Trabalho promoverá, em novembro, o Mês Nacional da Conciliação. O formato, anunciado pelo vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação (Conaproc), ministro Vieira de Mello Filho, é uma alternativa à Semana Nacional de Conciliação, promovida anualmente em maio, mas que este ano teve de ser cancelada em razão da pandemia da Covid-19.

[Valor recebido de seguro de vida não pode ser descontado de indenização por danos morais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/09/2020

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame de recurso da Arnaldo Rossato & Cia. Ltda., de Nova Palma (RS), que pretendia deduzir os valores do seguro de vida da indenização por danos morais a ser paga à viúva e ao filho de um motorista de cargas internacional vítima de acidente. A decisão seguiu a jurisprudência do TST, que afasta a possibilidade de compensação.



Notícias do Executivo

[AGU consegue vitória no TST e Ministério da Economia volta a atualizar NRs de segurança e saúde no trabalho](#)

Advocacia Geral da União - 01/10/2020

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), a suspensão de uma liminar da 9ª Vara do Trabalho de Brasília que impedia o Ministério da Economia de atualizar e criar Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho - as NRs. O ministro Douglas Alencar Rodrigues concordou com a AGU e suspendeu a liminar até o caso ser julgado em plenário. Segundo ele, não compete à Justiça do Trabalho, no campo da jurisdição constitucional difusa, examinar a conformidade da portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, nem portarias anteriores, dispositivos de lei, Convenções da OIT e preceitos da Constituição.

[Dados macroeconômicos e fiscais indicam recuperação das atividades econômicas no 3º trimestre](#)

Ministério da Economia - 01/10/2020

cruzamento de dados fiscais e dos indicadores econômicos das atividades produtivas do país, realizado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME), aponta uma forte recuperação da economia se consolidando no terceiro trimestre de 2020. Além disso, a Secretaria manteve projeção de redução do Produto Interno Bruto (PIB) em -4,7% para 2020 e crescimento de 3,2% em 2021. A análise da [Conjuntura Macroeconômica e da Arrecadação Bruta de Tributos Federais](#) foi apresentada na manhã desta quinta-feira (1º/10) pelo coordenador-geral de Modelos e Projeções Econômicos-Fiscais da SPE/ME, Sérgio Ricardo de Brito Gadelha, durante coletiva de imprensa por videoconferência, realizada pela Receita Federal, com transmissão pelo Youtube.

[Saldo positivo do Caged em agosto sinaliza recuperação da economia, afirma Guedes](#)

Ministério da Economia - 30/09/2020

Com reabertura das atividades econômicas, o Brasil mostra sinais claros de recuperação. Durante a coletiva desta quarta-feira (30/9) sobre os números do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou os números de agosto, que apontam para o processo de recuperação da economia brasileira. “O Brasil gerou cerca de 250 mil empregos neste mês de agosto. Desde 2010, não havia um agosto com um saldo positivo de geração de emprego tão forte. No mês de abril fomos atingidos, perdemos 900 mil empregos (...). Agora, em agosto geramos 249 mil, todos os setores gerando emprego. Estamos voltando para os trilhos”, afirmou.

[Normas em vigor inferiores a decreto passarão por revisão e serão simplificadas ou extintas](#)

Ministério da Economia - 30/09/2020

O Ministério da Economia promoverá uma ampla revisão de normas em vigor inferiores a decreto, a fim de atualizar, simplificar e consolidar os atos normativos. O objetivo é eliminar normas obsoletas, reduzir a complexidade dos processos e possíveis ambiguidades e, assim, fortalecer a segurança jurídica e reduzir o Custo Brasil – o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que afastam o investimento e afetam a produtividade das empresas. A listagem completa das normas está disponível para consulta no [Portal do ME](#).

[Secretaria de Previdência divulga Fator Acidentário de Prevenção \(FAP\) para mais de três mil estabelecimentos](#)

Ministério da Economia - 28/09/2020

Foi publicada nesta segunda-feira (28) a Portaria SEPRT nº 21.232 que dispõe sobre o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) calculado em 2020, com vigência para o ano de 2021. O documento disponibiliza também os percentis de frequência, gravidade e custo previdenciário dos acidentes e doenças do trabalho por atividade econômica calculado em 2020. A contestação do FAP poderá ser feita, por meio eletrônico, no período de 1º a 30 de novembro. Desde junho de 2019, de acordo com a Lei nº. 13.846, a competência para análise das contestações e recursos do FAP é do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT defende: educação inclusiva é essencial para prevenir discriminação da pessoa com deficiência no trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 02/10/2020

Em [nota pública](#) divulgada nesta sexta, 2 de outubro, o Ministério Público do Trabalho se manifesta contra a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, prevista no Decreto 10.502/2020, da forma que foi criada. Assinado pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação do Trabalho (Coordigualdade), do MPT, o documento aponta violações a tratados internacionais, normas constitucionais e direitos fundamentais da pessoa com deficiência, com repercussões negativas no mercado de trabalho.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Campanha leva noções de segurança e saúde para alunos desde a Pré-escola ao nível Médio](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/10/2020

Com o objetivo de chamar a atenção de alunos para uma cultura de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, um dos eixos da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho – Canpat 2020, serão desenvolvidas atividades como palestras, concursos de frase ou redação, eleição de cipeiro escolar e visitas em empresas. A iniciativa é da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT. Em um evento on-line, no próximo dia 7 de outubro, às 10h, [no canal da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho – Enit no YouTube](#), em alusão ao Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, a SIT pretende levar aos estudantes brasileiros uma noção de segurança e saúde, que será importante durante toda a vida de cada um. De acordo com a [Lei 12.645/12](#), o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas é comemorado no dia 10 de outubro.

[Outubro Rosa: é preciso conscientização sobre o câncer de mama](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/10/2020

Outubro é lembrado como o mês de prevenção ao câncer de mama. O movimento internacional de conscientização para o controle da doença foi criado no início da década de 1990 pela Fundação Susan G. Komen for the Cure. No Brasil, foi instituído pela [Lei nº 13.733/2018](#). A data é celebrada anualmente com o objetivo de compartilhar informações e promover a conscientização sobre a doença; proporcionar maior acesso aos serviços de diagnóstico e de tratamento e contribuir para a redução da mortalidade.

Outras Notícias

[Empregado que teve depressão grave por sobrecarga de trabalho indenizado no RS](#)

Consultor Jurídico - 03/10/2020

A 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) deferiu indenizações por danos morais, lucros cessantes e pelo período de estabilidade acidentária a um conferente de armazém logístico que desenvolveu quadro de depressão grave devido à sobrecarga de trabalho. Os desembargadores gaúchos entenderam que as jornadas excessivas, sem concessão de folgas e intervalos, atuaram como concausa para o desencadeamento do transtorno mental, ainda mais que a parte reclamada não adotou as medidas necessárias para garantir a integridade física do reclamante.

[TST suspende liminar e autoriza Ministério da Economia a alterar NRs](#)

Consultor Jurídico - 01/10/2020

Se o caso não envolve a proteção do ambiente de trabalho em uma situação concreta, ele não compete à Justiça do Trabalho. Além disso, quando o processo discute normas estabelecidas pelo Poder Executivo, a competência é do Supremo Tribunal Federal (STF), e não de juízo trabalhista. Com esse entendimento, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu uma liminar da 9ª Vara do Trabalho de Brasília que barrava o Ministério da Economia de criar e atualizar normas regulamentadoras (NRs) de segurança, saúde, higiene e conforto no trabalho.



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 876, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 28/09/2020 Seção I Pág. 483) - Institui Grupo de Trabalho Especial para tratar da proposta da Bancada dos Trabalhadores no CODEFAT de ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos segurados durante o estado de calamidade pública em razão da pandemia do novo Coronavírus;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 877, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 28/09/2020 Seção I Pág. 483) - Aprova o planejamento para o exercício de 2020 das ações de qualificação social e profissional a serem executadas pela União e pelas esferas de governo no âmbito do SINE, em observância ao art. 13, § 2º, da Resolução CODEFAT n.º 866, de 16 de julho de 2020;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 878, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 28/09/2020 Seção I Pág. 483) - Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2020 - PDE/2020, de que trata a Resolução CODEFAT n.º 851, de 18 de março de 2020, alterada pela Resolução CODEFAT n.º 856, de 25 de março de 2020;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 879, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 28/09/2020 Seção I Pág. 484) - Dispõe sobre o bloco de ações e serviços “Fomento à Geração de Emprego e Renda” no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos fundos do trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do art. 12 da Lei n.º 13.667, de 17 de maio de 2018;

[RESOLUÇÃO CODEFAT N.º 880, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 28/09/2020 Seção I Pág. 484) - Altera a Resolução CODEFAT n.º 831, de 21 de maio de 2019, que estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos da Lei n.º 13.667, de 17 de maio de 2018;

[PORTARIA SEPRT N.º 21.232, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 28/09/2020 Seção I Pág. 487) - Dispõe sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2020, com vigência para o ano de 2021 e dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.3, calculados em 2020, e sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído;

[PORTARIA MC N.º 496, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 28/09/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela Lei n.º 13.982, de 2 de abril de 2020 e do auxílio emergencial residual instituído pela Medida Provisória n.º 1.000, de 2 de setembro de 2020;

[ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL N.º 127, DE 2020](#) (DOU de 29/09/2020 Seção I Pág. 05) - Faz saber que a Medida Provisória n.º 905, de 11 de novembro de 2019, que “Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 18 de agosto de 2020;

[PORTARIA CONJUNTA SEPRT N.º 62, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 29/09/2020 Seção I Pág. 43) - Altera a Portaria Conjunta n.º 47, de 21 de agosto de 2020, que disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4º da Lei n.º 13.982, de 2 de abril de 2020, e o Decreto n.º 10.413, de 2 de julho de 2020. (Processo n.º 10951.103831/2020-07);

[CIRCULAR CEF N.º 927, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 30/09/2020 Seção I Pág. 225) - Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[PORTARIA SEPTR N.º 21.606, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 01/10/2020 Seção I Pág. 53) - Estabelece que, para o mês de setembro de 2020, o valor médio da renda mensal do total de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é de R\$ 1.352,26 (um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos);

[MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.006, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020](#) (DOU de 02/10/2020 Seção I Pág. 03) - Aumenta a margem de crédito consignado dos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social durante o período da pandemia de covid-19;

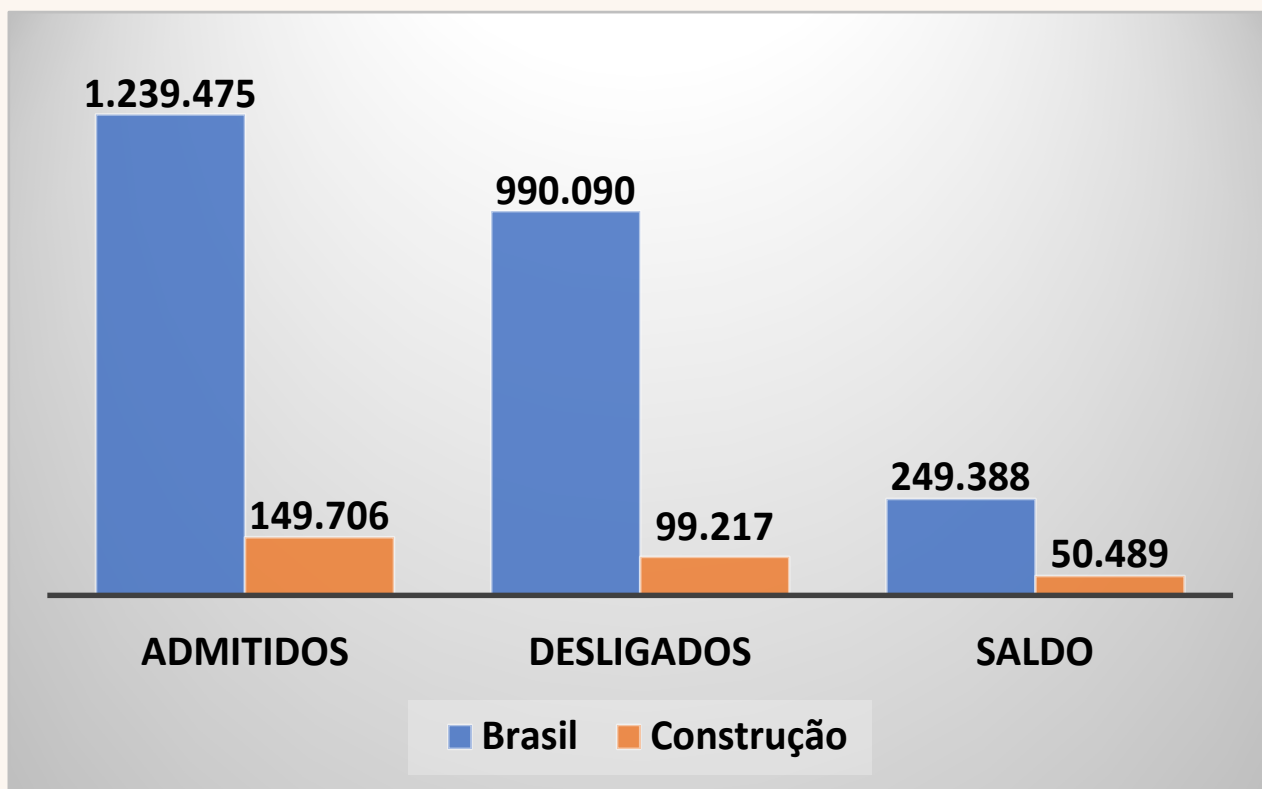


Dados estatísticos do Mercado de Trabalho

Informações do setor da Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) referente ao mês de agosto de 2020 extraídas do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia (ME) e comparativo com o acumulado do ano:

*Dados com ajustes declarados até agosto de 2020

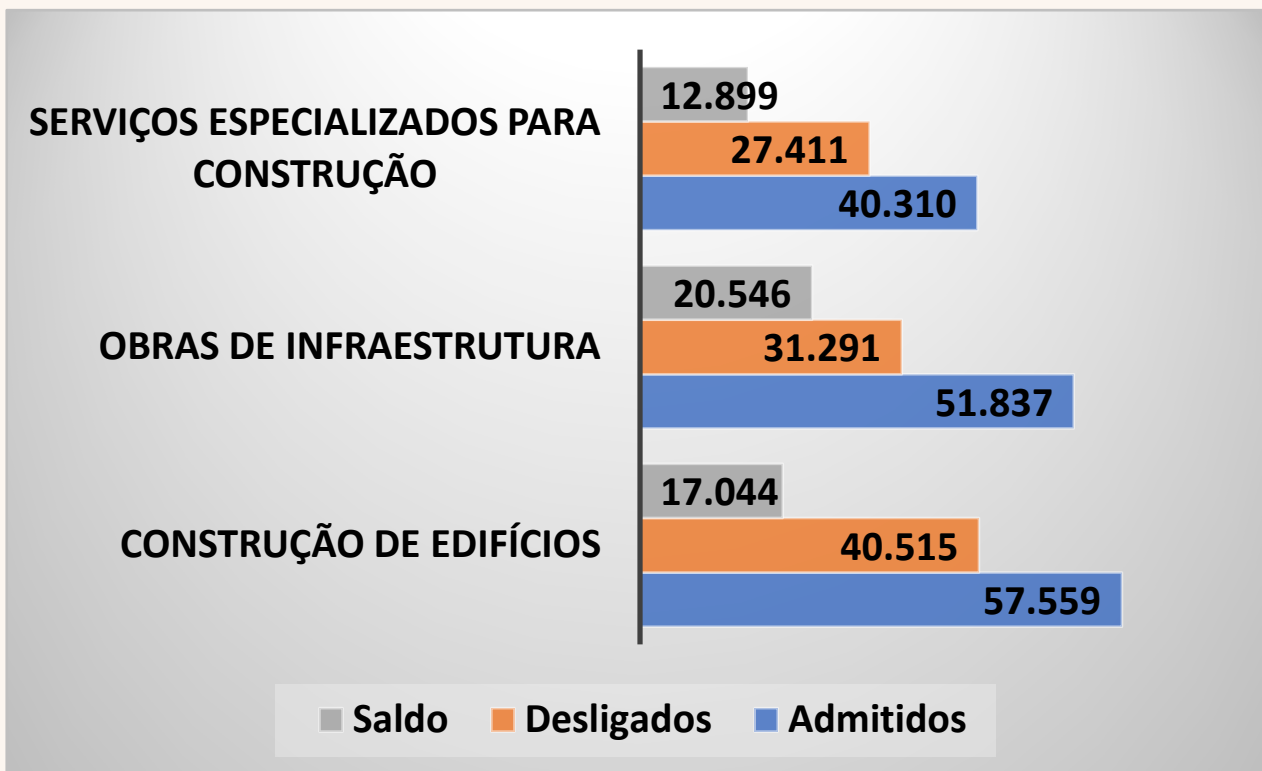
Saldo da Geração de Emprego na Construção (Agosto 2020)



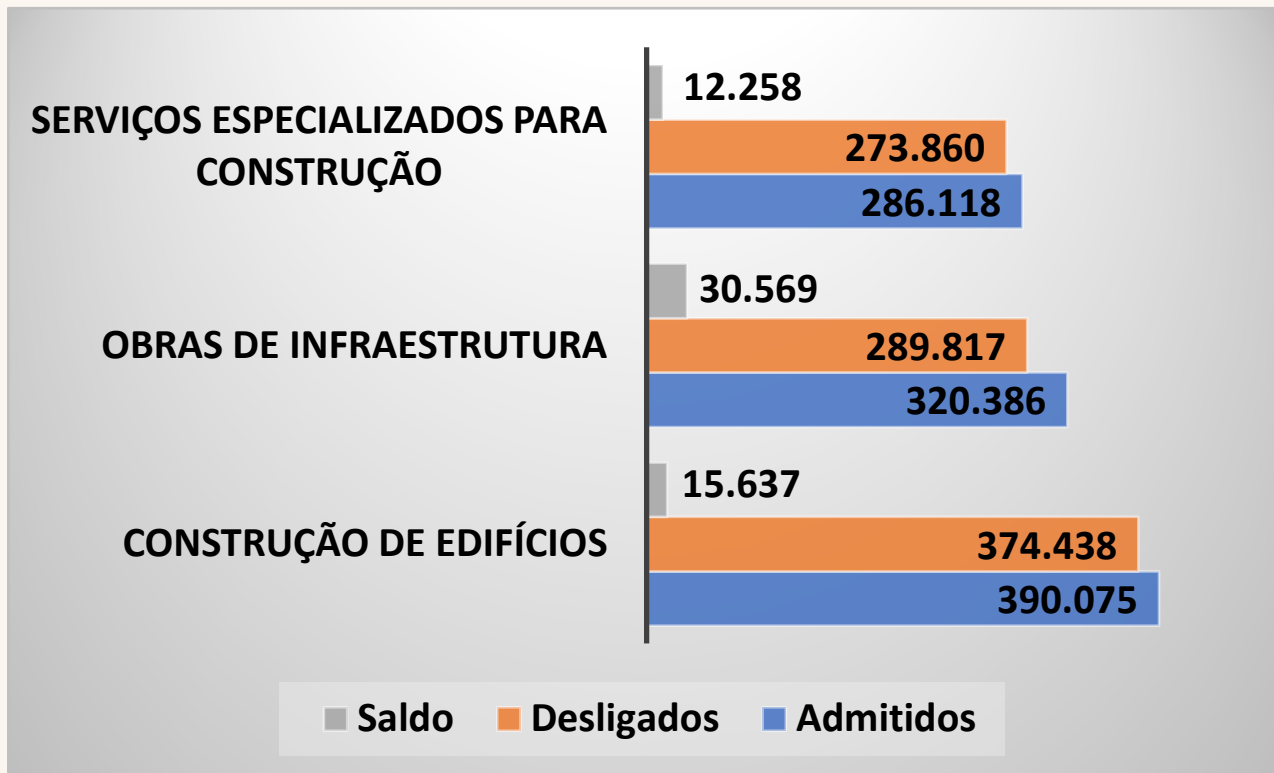
Saldo da Geração de Emprego na Construção (Acumulado – Jan/Ago 2020)



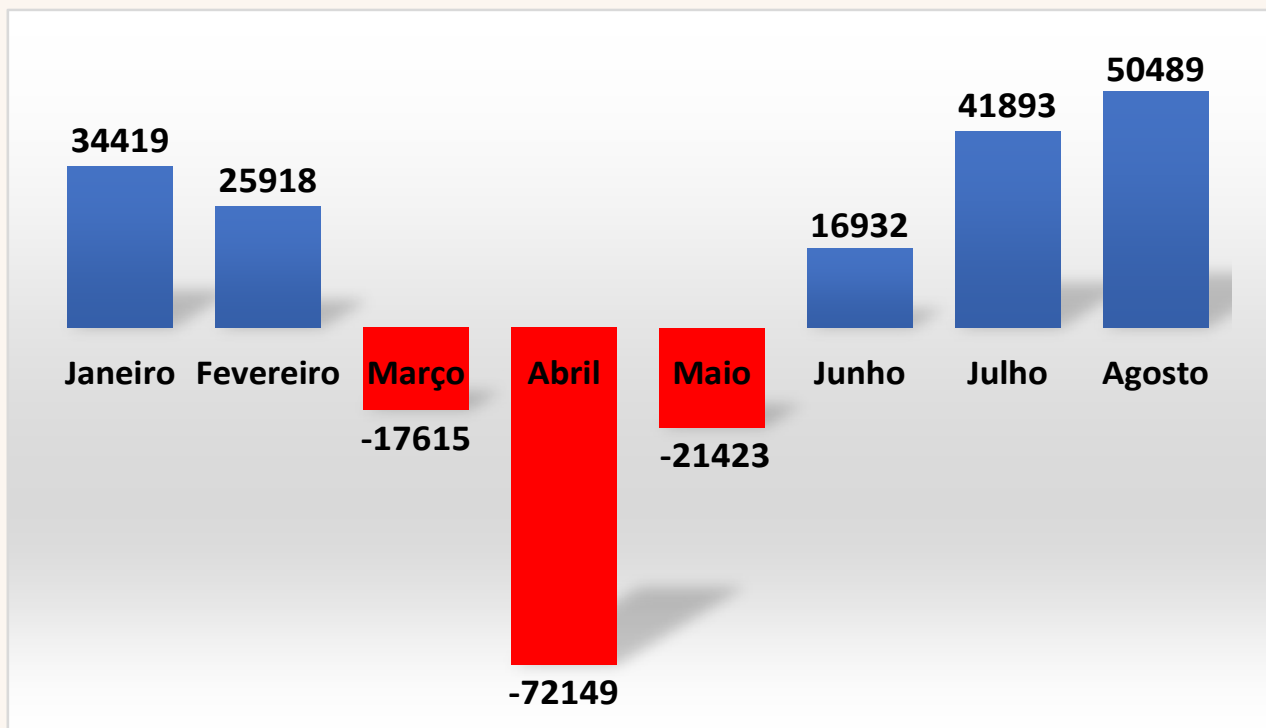
Saldo da Geração de Emprego por segmento da Construção (Agosto 2020)



Saldo da Geração de Emprego por segmento da Construção (Acumulado - Jan/Ago 2020)



Evolução do Saldo da Geração de Emprego na Construção no ano de 2020



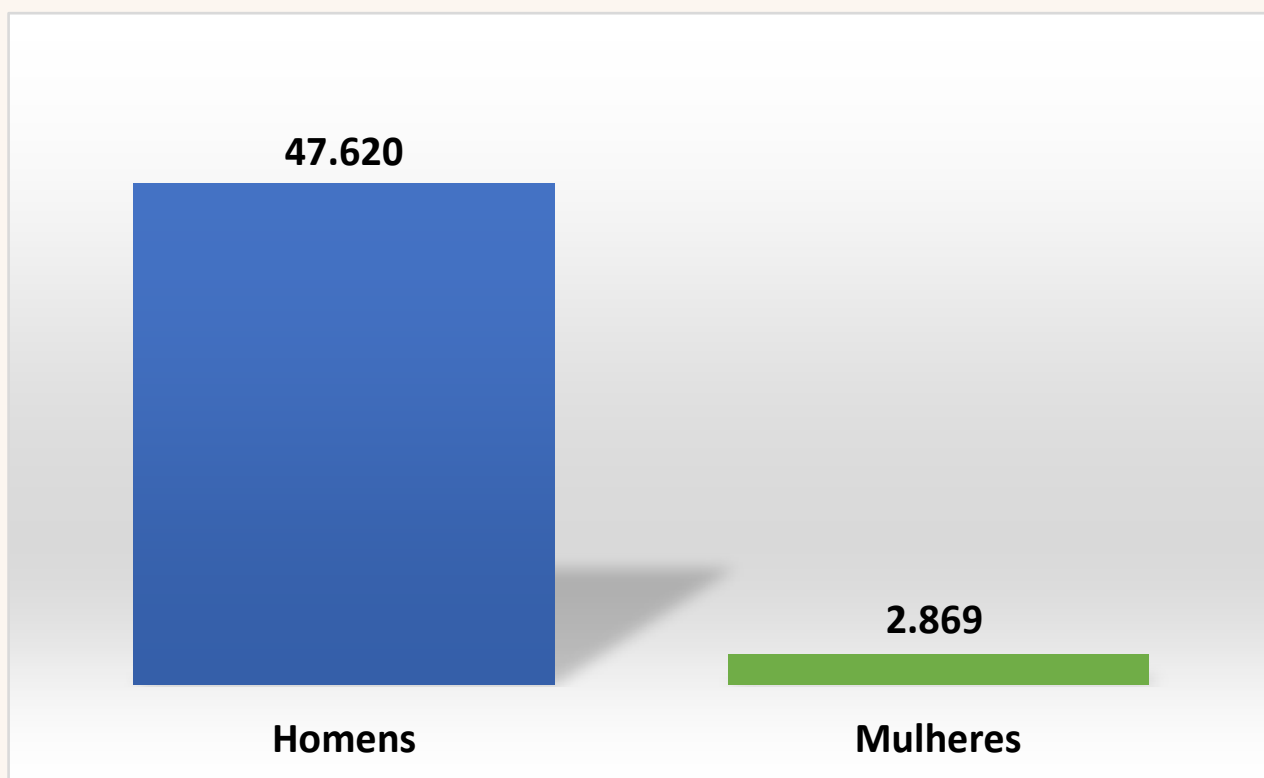
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por Unidade da Federação
(Agosto 2020)

Região	Admitidos	Desligados	Saldo
NORTE	11.391	5.801	5.590
Rondônia	709	683	26
Acre	333	201	132
Amazonas	1.473	778	695
Roraima	450	119	331
Pará	6.778	3.268	3.510
Amapá	364	143	221
Tocantins	1.284	609	675
NORDESTE	30.622	17.158	13.464
Maranhão	3.845	1.876	1.969
Piauí	1.937	793	1.144
Ceará	5.415	2.675	2.740
Rio Grande do Norte	2.120	1.441	679
Paraíba	2.423	957	1.466
Pernambuco	4.207	2.547	1.660
Alagoas	1.484	800	684
Sergipe	1.083	514	569
Bahia	8.108	5.555	2.553
SUDESTE	70.718	49.004	21.714
Minas Gerais	25.845	16.582	9.263
Espírito Santo	3.511	2.123	1.388
Rio de Janeiro	7.705	4.804	2.901
São Paulo	33.657	25.495	8.162
SUL	22.876	17.702	5.174
Paraná	9.804	7.126	2.678
Santa Catarina	6.800	5.505	1.295
Rio Grande do Sul	6.272	5.071	1.201
CENTRO-OESTE	14.062	9.521	4.541
Mato Grosso do Sul	1.393	1.234	159
Mato Grosso	3.594	2.417	1.177
Goiás	6.308	4.165	2.143
Distrito Federal	2.767	1.705	1.062
NÃO IDENTIFICADO	37	31	6
TOTAL	149.706	99.217	50.489

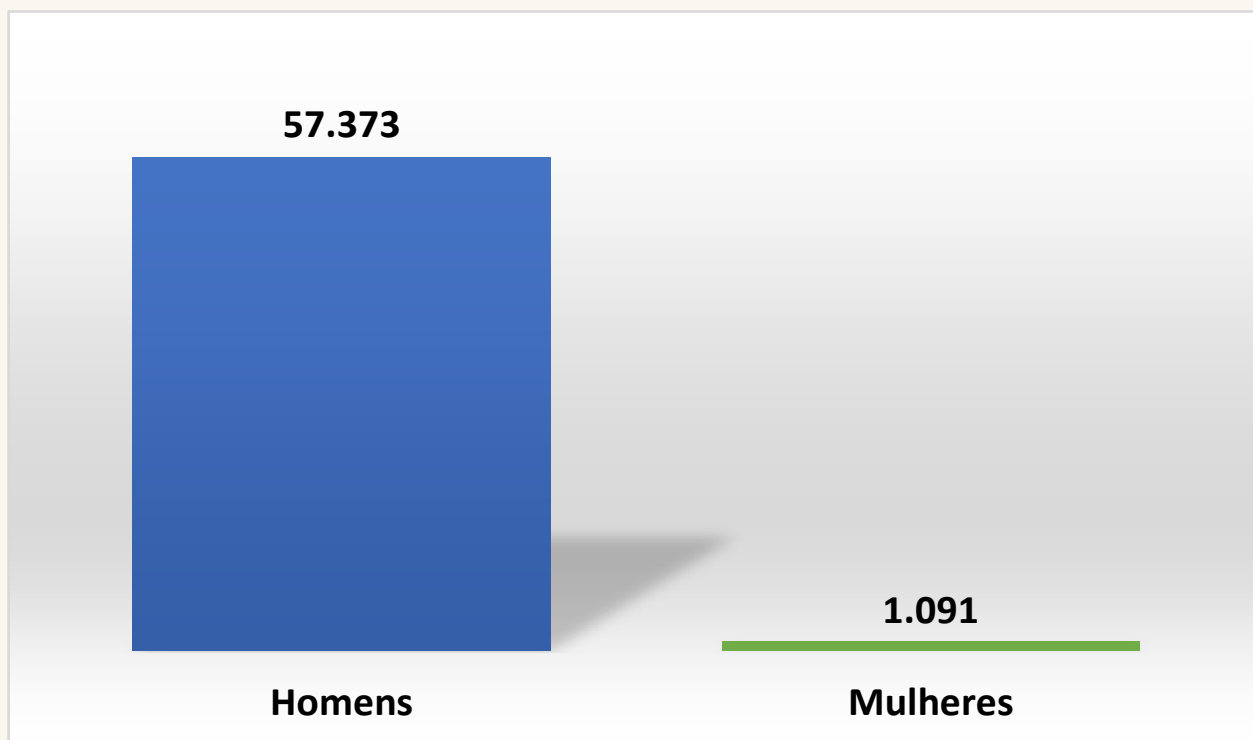
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por Unidade da Federação
(Acumulado - Jan/Ago 2020)

Região	Admitidos	Desligados	Saldo
NORTE	64.985	55.238	9.747
Rondônia	5.300	5.588	-288
Acre	2.131	1.632	499
Amazonas	9.759	9.402	357
Roraima	2.561	2.067	494
Pará	36.063	29.984	6.079
Amapá	1.965	1.890	75
Tocantins	7.206	4.675	2.531
NORDESTE	177.261	176.165	1.096
Maranhão	18.498	16.200	2.298
Piauí	9.128	9.447	-319
Ceará	29.585	24.973	4.612
Rio Grande do Norte	14.554	12.955	1.599
Paraíba	12.482	11.067	1.415
Pernambuco	24.894	28.346	-3.452
Alagoas	9.885	8.436	1.449
Sergipe	6.865	8.096	-1.231
Bahia	51.370	56.645	-5.275
SUDESTE	486.210	467.549	18.661
Minas Gerais	161.359	144.448	16.911
Espírito Santo	23.357	20.711	2.646
Rio de Janeiro	51.796	62.485	-10.689
São Paulo	249.698	239.905	9.793
SUL	171.682	157.190	14.492
Paraná	74.737	62.201	12.536
Santa Catarina	51.090	47.391	3.699
Rio Grande do Sul	45.855	47.598	-1.743
CENTRO-OESTE	96.111	81.848	14.263
Mato Grosso do Sul	12.095	11.157	938
Mato Grosso	24.329	20.298	4.031
Goiás	40.928	34.154	6.774
Distrito Federal	18.759	16.239	2.520
NÃO IDENTIFICADO	330	125	205
TOTAL	996.579	938.115	58.464

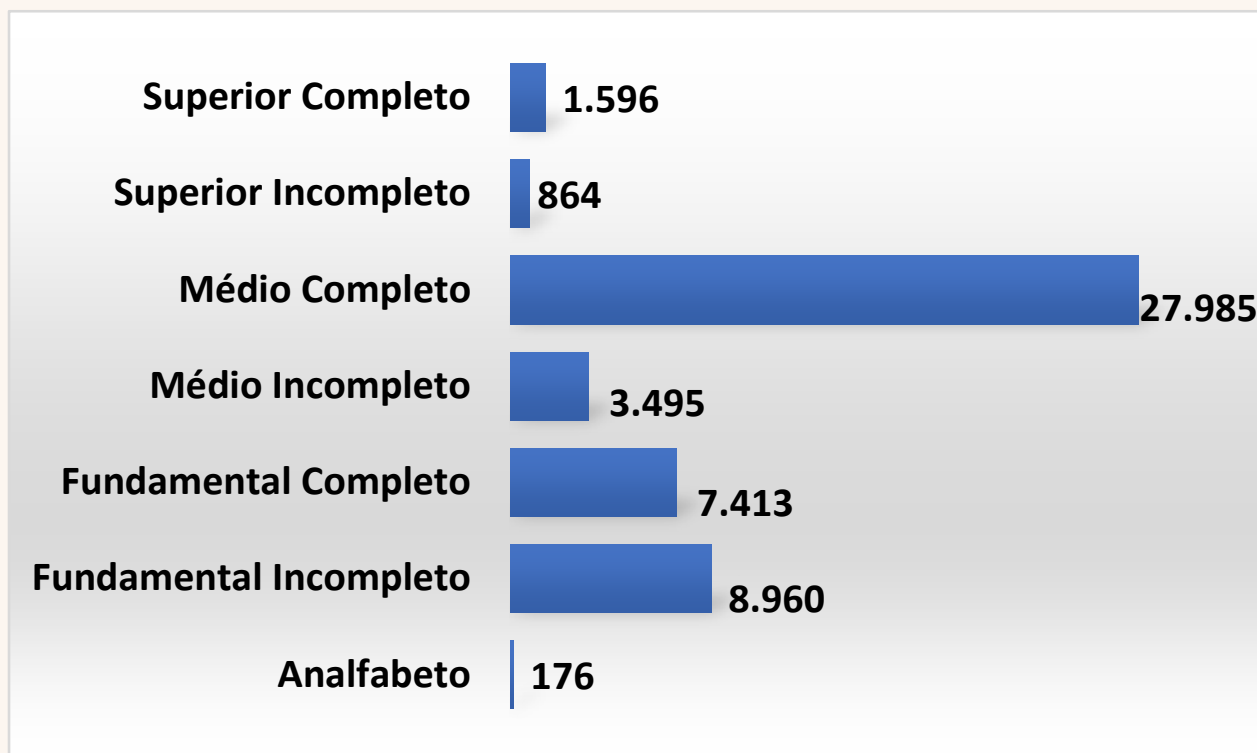
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por sexo (Agosto 2020)



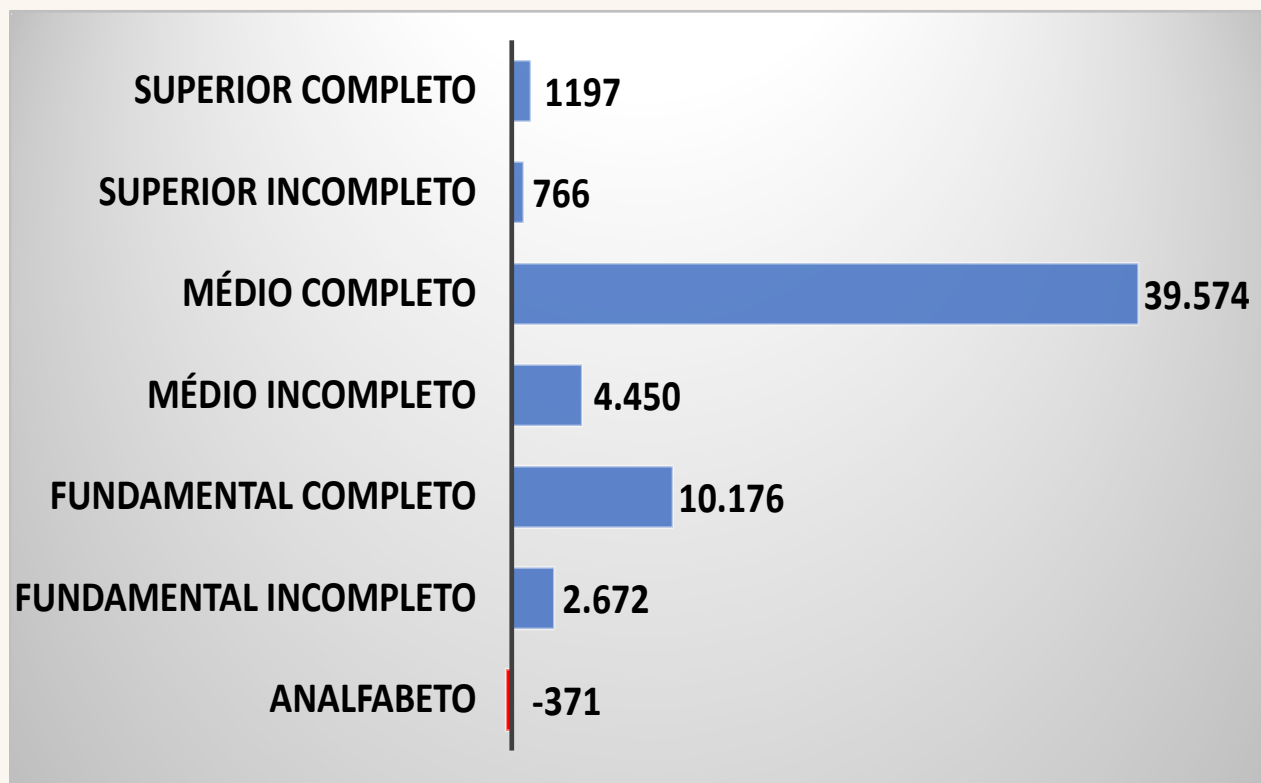
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por sexo (Acumulado - Jan/Ago 2020)



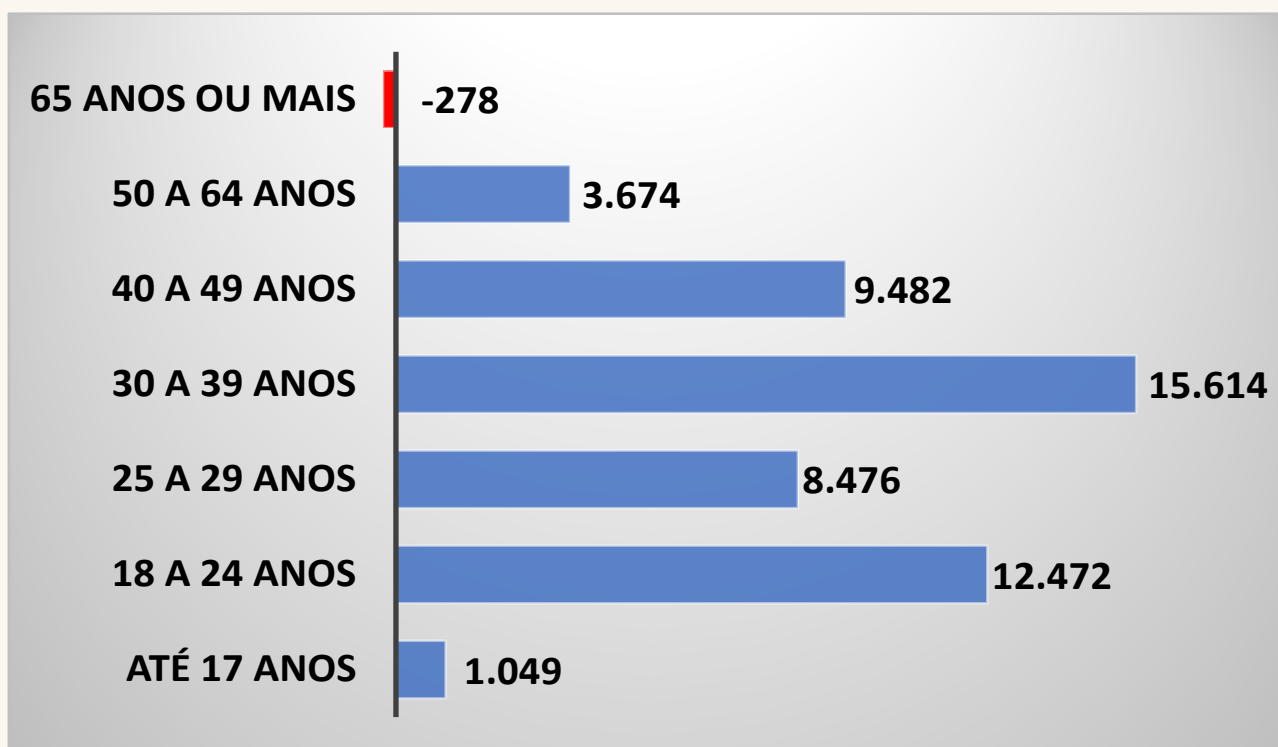
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por grau de instrução
(Agosto 2020)



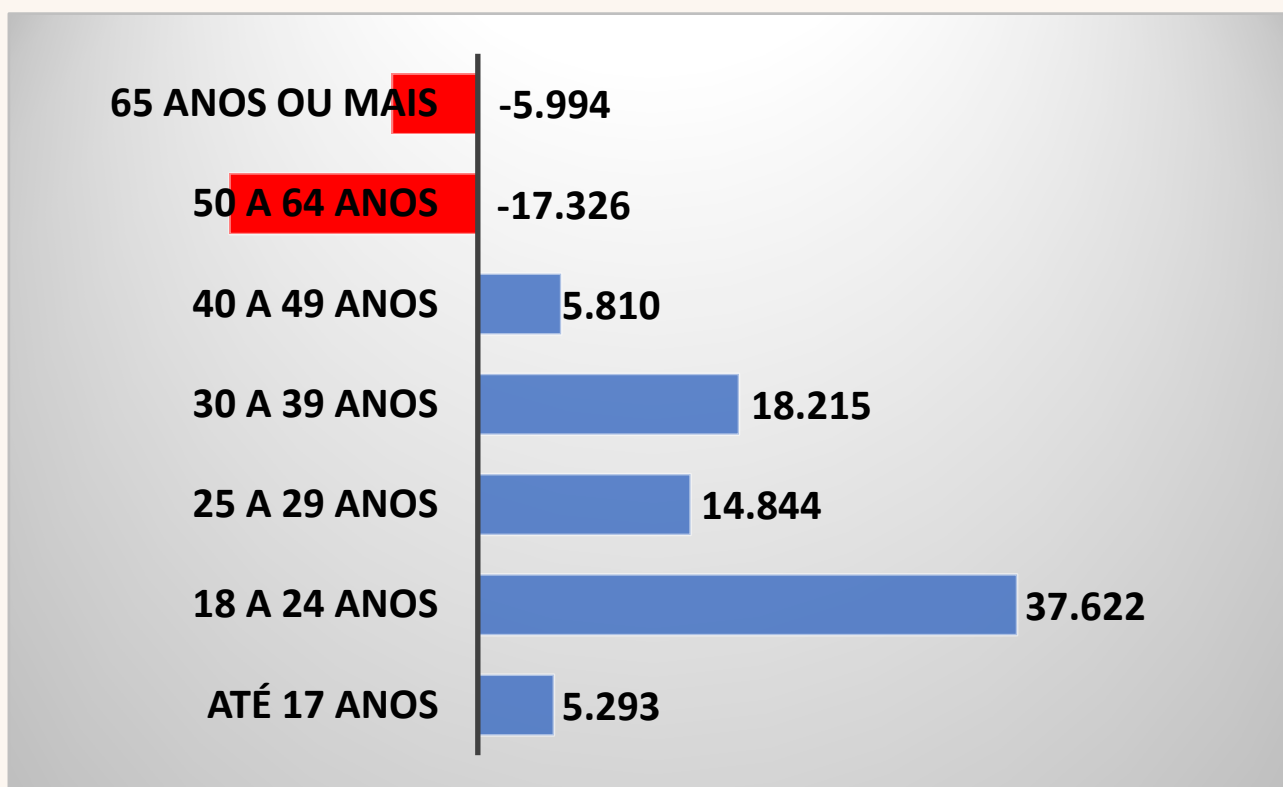
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por grau de instrução
(Acumulado – Jan/Ago 2020)



Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por faixa etária
(Agosto 2020)



Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por faixa etária
(Acumulado – Jan/Ago 2020)



Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula